

Conferência na AR

RECRUTAMENTO MILITAR: Dificuldades e Desafios

Intervenção de Cor Tir Cav Rui Ferreira (Painel II)

Saudações,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Expresso a todos a enorme honra e responsabilidade que sinto por participar neste painel.

Permitam-me que agradeça duplamente à Comissão de DN.

Primeiro, pela disponibilidade e abertura que recebi da parte de todos os coordenadores dos vários partidos, quando andei a trabalhar a temática do SMO, no âmbito de um trabalho de investigação do IUM.

Em segundo lugar, manifesto, de viva voz, os meus mais profundos agradecimentos, pelo privilégio que a Comissão de DN me concede, de poder partilhar as minhas reflexões sobre os desafios que se colocam à Defesa Nacional do meu País, na atualidade.

A contribuição que me foi solicitada, prende-se com um estudo por mim elaborado e que está diretamente ligado com uma das formas de prestação de serviço militar – o recurso à CONSCRIÇÃO.

Permitam-me que faça duas ressalvas iniciais:

A primeira para sublinhar que tudo o que aqui disser é fruto da minha reflexão e, portanto, da minha responsabilidade, não vincula, por isso, a Instituição a que pertenço.

A segunda para dizer que pretendo elaborar com neutralidade sobre o fenómeno do SMO, em si mesmo, e não constituir-me como um crítico ou defensor intransigente desse modelo de prestação de serviço militar.

Permitam-me que desenvolva esta intervenção em 02 momentos distintos:

Um primeiro momento, para me referir ao carácter multifacetado da problemática do serviço militar quer na sua vertente da conscrição ou na da profissionalização.

Um segundo momento, para apresentar, com humildade de pensamento, quais os elementos definidores de um modelo de serviço militar, com recurso à conscrição, que apoie a tomada de decisão.

Debater a necessidade de retorno do SMO, centrando a discussão em termos de uma análise redutora de custos e/ou de recursos humanos, configura um quadro de raciocínio simplista e esconde que a opção tem uma natureza multidimensional.

Esta opção passa por refletir, em termos nacionais, políticos e sociais, sob diferentes perspetivas ou óticas objetivas, todas elas recheadas de dicotomia e pontos de vista antagónicos.

Salvo melhor opinião, essas diferentes perspetivas são:

- A político-estratégica e de segurança.
- A político-social.
- A económica.
- A do recrutamento e do impacto da tecnologia.
- E a perspetiva histórica.

Quanto à Ótica político-estratégica e de segurança:

Em matéria de FFAA, tendo em conta o seu propósito fundamental, as considerações estratégicas adquirem prioridade, porquanto a questão da garantia da soberania e independência, constitui-se atributo vital para um

Estado, independentemente dos argumentos e das implicações de outra natureza.

Neste âmbito, dado que a existência de ameaça militar à integridade territorial, de um dado Estado, é cenário que nunca pode ser excluído, o recurso ao recrutamento obrigatório pode ser considerado como o único sistema capaz de garantir a defesa territorial, devido ao seu grande potencial de mobilização. Em sentido contrário, pode argumentar-se que, no século XXI, uma agressão militar direta aos países do mundo ocidental é considerada muito improvável e que a integração em alianças constitui o principal garante da defesa territorial, conduzindo à opção de não se tornar tão necessário o recurso a exércitos nacionais de massa e à manutenção de um elevado potencial de mobilização.

Quanto à Ótica político-social:

Os argumentos político-sociais pró e contra a conscrição ou o voluntariado podem ser desencadeados pela pergunta: deve o Estado utilizar a conscrição para alcançar objetivos de natureza sociopolítica?

Se por um lado a passagem dos cidadãos em SMO constitui um *interface* permanente entre a sociedade civil e a IM, porquanto a passagem cíclica dos cidadãos pelas fileiras permite que a sociedade tenha uma visão mais transparente da estrutura interna e funcionamento das FFAA e emerge a atenção pública para questões militares, gerando-se uma mais profunda cultura de segurança e defesa, e a organização militar recebe em permanência os *inputs* trazidos pelas novas gerações, com ganhos potenciais em rejuvenescimento de conhecimentos e competências. Por outro lado, as limitações na dimensão dos efetivos a incorporar anualmente, afastando o SMO da universalidade, podem criar a impressão de que o Estado está a infligir um imposto, ou a gerar iniquidades, sobre

o reduzido número de jovens incorporados que se sentem, assim, injustiçados.

Quanto à Ótica económica:

As considerações de natureza económica são, geralmente, consideradas relevantes e essenciais para os processos de decisão em matéria de RH. Embora o recurso à conscrição tenha modestos custos de mão-de-obra direta, mas maiores custos de oportunidade, umas FFAA de voluntários têm baixos custos de mão-de-obra indireta por um lado, mas altos custos diretos de mão-de-obra por outro. Também aqui o quadro não é a preto e branco.

Quanto à Ótica do recrutamento e do impacto da tecnologia:

Relativamente a recrutamento, também duas posições distintas podem coexistir. Por um lado, o recurso ao SMO impede estrangulamentos nas atividades de recrutamento e garante, simultaneamente, a incorporação de tropas, evitando que o SFN seja afetado por carências de RH, fruto de crises que se verifiquem na adesão voluntária dos cidadãos ao serviço nas fileiras. Por outro lado, poderá haver momentos em que existindo problemas ao nível do sistema de recrutamento, quer de natureza quantitativa ou qualitativa, para levantar umas FFAA totalmente voluntárias, impelindo o Estado para uma lógica de competição no mercado de trabalho.

No que concerne ao uso de tecnologia, o recurso ao recrutamento de voluntários, para servirem nas fileiras, é considerado, por uns, como sendo mais adequado para o uso de equipamentos de alta tecnologia, uma vez que atingir a proficiência na operação dos modernos sistemas de armas, de elevada complexidade, não se compadece com a reduzida duração temporal dos ciclos de SMO. Enquanto para outros, o recurso à perícia civil

dos conscritos pode até ser vantajosa, porquanto estes são oriundos de uma sociedade onde se generalizou o manuseamento de equipamentos intensivos em tecnologia.

Quanto à Ótica histórica:

Neste contexto, importa referir que o SMO foi responsável por, ao longo da História de Portugal, desempenhar um papel importante na afirmação de uma vontade coletiva de garantir a independência e defesa nacionais, demonstrar o empenhamento dos cidadãos na defesa da sua nação, permitir a assunção do direito e da responsabilidade de cidadania de participar na execução da política de defesa, ser um catalisador de integração nacional e social e tornar possível momentos de viragem cruciais no Estado rumo ao desenvolvimento.

No entanto, a constitucionalização da conscrição em Portugal só ocorreu em 1911, e o SMO só adotou verdadeiramente o seu carácter universal, alargado a todos os cidadãos, em tempo ou ameaça de guerra. De resto as isenções, remissões e desconvoações à prestação de SM, registadas aos longo dos tempos, foram obstáculo à universalidade, provocando, muitas vezes um sentimento de injustiça entre os portugueses. Por fim, há que ter em conta que não deverá, no século XXI, ser exacerbado o papel promotor de instrução e cultura nos cidadãos, desempenhado noutros tempos pelo SMO, uma vez que se registou uma melhoria significativa dos índices socioculturais na sociedade portuguesa.

Não obstante a dicotomia inerente às diferentes perspetivas de análise a que me referi, uma coisa é certa, o último modelo de SMO que vigorou em Portugal (até ao ano de 2004) não acautelou devidamente nenhuma dessas óticas, acabando por gerar umas FFAA algo disfuncionais “a duas velocidades”: com forças constituídas com base em voluntários, às quais

se confiavam as missões exigentes, enquanto noutras áreas se assistia a uma perda de operacionalidade, em virtude da erosão causada pelo SMO de quatro meses, mesmo considerando a extensão até aos oito meses que se verificou para alguns contingentes.

Naturalmente, todos os aspetos a que me referi devem ser, necessariamente, considerados e convenientemente delimitados, num debate em que a mudança da natureza dos efetivos é somente o ponto de chegada, cujo caminho tem inúmeros contornos, desde o estratégico e sociopolítico, até ao económico e histórico.

Como segundo ponto da minha intervenção, tendo em conta que o tema da conscrição parece ter readquirido expressão, julgo que o processo de decisão em torno da readoção, ou não, do SMO deve fazer-se tendo em conta 03 dimensões interdependentes entre si: FINALIDADE, PROCESSOS e RECURSOS.

Uma primeira dimensão a considerar no processo de ponderação da adoção da prestação de SM com recurso à conscrição deverá ser a Finalidade a atingir. A finalidade pode revestir-se então de três ordens de razões, ou sejam, três variáveis distintas a considerar:

A primeira, relativa à necessidade estratégica de ampliação do sistema de forças em efetivos, no sentido do crescimento em efetivo do potencial estratégico tangível do Estado, em virtude do aumento da ameaça que impende sobre o Estado – esta variável poderá ser medida tendo em conta a necessidade de aumentar a dimensão do SFN, resultante do grau de ameaça percecionada.

A segunda variável, prende-se com a necessidade de ponderar o preenchimento de efetivos do sistema de forças, em virtude da ausência

de voluntários para suprir as necessidades em RH – já esta variável terá de ser analisada à luz da taxa de adesão de voluntários para servirem nas fileiras para preencher as necessidades de efetivos.

A terceira variável, tem a ver com um eventual apelo nacional visando a valorização dos cidadãos, no sentido do crescimento do potencial estratégico intangível do Estado, em virtude de se poder considerar existir um *deficit* de valores cívicos e ético-morais, percecionado pela sociedade – esta variável, e os benefícios daí decorrentes, terá a sua eficiência aferida em função do maior ou menor número de cidadãos a serem valorizados (i.e., quanto o modelo de SMO a implementar se aproximar mais ou menos da universalidade).

Uma segunda dimensão para caracterizar o SMO, prende-se com os Processos adotados para assegurar a prestação de Serviço Militar nas FFAA, ou seja, a forma como são angariados os efetivos. Esta dimensão deverá ser vista segundo duas variáveis:

A primeira, diz respeito ao tipo de SM a ser adotado – esta variável envolve a análise relativamente à forma de recrutamento utilizada (i.e., o recurso a um sistema baseado sobretudo em conscritos ou a um sistema misto de recurso à conscrição e ao voluntariado).

A segunda variável, deve ponderar a duração do tempo de serviço efetivo – variável esta a ser estudada em número de meses com garantia de eficiência funcional dos militares.

Por fim, para avaliar o recurso ao SMO, há que incluir ainda, necessariamente, a dimensão dos Recursos envolvidos. Esta deverá ser explicitada com base nas seguintes variáveis:

Primeira, Efetivos – medidos em número de cidadãos conscritos ao SM necessários a incorporar.

Segunda, Custos – analisados segundo as vertentes: salários, formação, encargos diários e com instalações e fardamento;

Terceira, Infraestruturas – variável esta considerada em função da maior ou menor necessidade de apropriação de infraestruturas necessárias a ativar.

Tendo em conta que a disponibilização e disponibilidade de RH (ou de pessoal), que é um dos vetores que compõe as capacidades militares, a análise deste aspeto genético e estrutural é indispensável para delinear um adequado planeamento da estratégia militar do Estado.

Assim considera-se essencial sustentar a análise sobre o modelo de Serviço Militar a implementar, explorando transversalmente cada uma as dimensões que acabei de induzir – Finalidade, Processos e Recursos – reconhecendo que se trata de um debate que terá de envolver questões objetivas relativas ao contexto político, estratégico, social, económico e histórico.

A terminar, permitam-me que aqui sublinhe que o assunto da prestação de Serviço Militar, quer a sua forma de prestação seja através de conscritos ou de voluntários, não dispensa que, as questões relativas à atratividade e retenção nas fileiras das FFAA, tenham que ser uma matéria reconhecida como transversal a toda a sociedade e que deve ser profundamente estudada e debatida publicamente, não devendo o ónus da sua discussão ficar somente na esfera das FFAA.

Espero, com muita humildade, ter contribuído para sistematizar os elementos definidores de um modelo de serviço militar e espero ainda, modestamente, contribuir para o debate em torno desta temática.

Termino, agradecendo atenção que me foi dispensada.